

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A população de Salir (concelho de Loulé) foi confrontada com a decisão da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de encerrar, em finais do passado mês de junho, a sua dependência nesta localidade do interior serrano algarvio.

Apesar do descontentamento da população e dos seus representantes no Poder Local – Junta de Freguesia de Salir e Câmara Municipal de Loulé – a Administração da CCAM manifestou-se insensível aos argumentos apresentados e consumou a decisão.

Com o encerramento da dependência da CCAM em Salir, as populações desta freguesia, na sua maioria já com uma idade avançada, ficam ainda mais isoladas e privadas de serviços públicos essenciais, como os serviços bancários. A hipotética instalação de uma Caixa Multibanco não é uma solução para as populações, que ficarão a uma distância de 15 quilómetros da agência bancária mais próxima.

Esta decisão da CCAM soma-se a decisões idênticas por parte de várias instituições bancárias, entre elas a Caixa Geral de Depósitos, que encerrou 65 balcões em todo o País também no mês de junho deste ano, confirmando que está em curso um processo de concentração bancária, com o despedimento de centenas de trabalhadores, ao mesmo tempo que vão aumentando os custos – juros, comissões, taxas – com os diferentes serviços bancários, engordando, desta forma, os lucros da banca em centenas de milhões de euros à custa do Povo e do País.

Sendo uma decisão deste banco privado – a CCAM –, o facto é que ela se insere numa política mais geral de degradação dos serviços públicos e abandono das populações que sucessivos governos do PSD, CDS e PS têm imposto às populações. Tem sido assim com o encerramento de escolas, centros de saúde, transportes e outros serviços, levando a um isolamento cada vez maior das comunidades rurais, como é a de Salir, com reflexos na perda de população e definhamento económico desses territórios.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao

Governo que, por intermédio do Ministério das Finanças, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Como avalia o Governo a decisão da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de encerrar, em finais do passado mês de junho, a sua dependência em Salir, localidade do interior serrano algarvio?
2. O Governo já ouviu as autarquias – Junta de Freguesia de Salir e Câmara Municipal de Loulé – neste processo?
3. Irá o Governo intervir junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo no sentido de tentar reverter esta decisão que afeta profundamente um território que enfrenta um processo de despovoamento e desertificação?

Palácio de São Bento, 6 de julho de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)